



Município de Leiria Câmara Municipal

Gabinete de Apoio à Vereação

Data: 2022/01/28

Assunto: Atribuição Fundo de Manelo para subsistência de Família Afegã, com estatuto de Refugiados

A participação dos Municípios na ajuda aos refugiados está integrada numa estratégia de âmbito nacional, com um plano de ação coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações.

No âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações e o Município de Leiria, irá ser acolhida uma família afegã, com 7 elementos.

A família será acolhida em Leiria no dia 01 de fevereiro de 2022, existindo necessidade de estar munida de um fundo de manelo que possa garantir a sua subsistência, no que respeita à alimentação, higiene e outros bens de carácter essencial. A verba a atribuir será restituída ao Município de Leiria pelo Alto Comissariado para as Migrações, IP, como dispõe a clausula 2.º do já mencionado protocolo.

Face ao exposto, proponho que, atentas às circunstâncias excecionais e urgentes que o processo em apreço reclama, o Senhor Presidente da Câmara Municipal profira despacho de decisão para a atribuição do fundo de manelo para o mês de fevereiro de 2022, no valor total de €1050,00, correspondendo este montante a €150.00 por cada elemento do agregado familiar.

Mais proponho que o presente despacho seja encaminhado para a Divisão Financeira para efeitos de cabimento e compromisso e que o fundo de manelo seja disponibilizado em líquido a um dos seguintes elementos do agregado familiar:

- [Redacted Name] - NIF [Redacted]
- [Redacted Name] - NIF [Redacted]

A VEREADORA


Ana Valentim

DESPACHO

Concordo com o teor da Informação precedente, a qual passa a fazer parte integrante deste meu despacho e dou aqui por Intelramente reproduzida.

Nos termos e com os fundamentos de facto e de direito neles ínsitos, autorizo que o Município proceda à atribuição do fundo de manelo supracitado no valor de €1050.00 (mil e cinquenta euros), a ser pago em líquido a um dos elementos do agregado familiar acima identificados.

Este meu despacho é proferido atentas as circunstâncias excecionais e urgentes que a situação em apreço reclama e, em consequência, deve o mesmo ser sujeito a ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal, sob pena de anulabilidade, conforme determina o n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Leiria, 28 de janeiro de 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,


Gonçalo Lopes